



Grupo Caixa Geral de Depósitos

CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS

Fundo Especial de Investimento Aberto

RELATÓRIO & CONTAS

2006

ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO	2
1. ECONOMIA INTERNACIONAL	2
2. MERCADO DE CAPITALIS	9
A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE FIM EM PORTUGAL	11
RELATÓRIO DE GESTÃO	12
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13

EM ANEXO:

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO

1. ECONOMIA INTERNACIONAL

Conjuntura Internacional

Em 2006 o crescimento económico mundial manteve-se robusto, tendo o PIB expandido a uma taxa de 5,1%, ligeiramente acima do ritmo observado em 2005 (4,9%) e inferior ao de 2004 (5,3%). Este desempenho global foi particularmente positivo tendo em atenção algumas condicionantes adversas observadas nesse triénio, de que se destacam o aumento do preço do petróleo, que mais que duplicou nesse período e atingiu um aumento, em média, de 17% em 2006, e a subida das taxas de juro directoras por parte do FED e do BCE.

Um dos principais contributos para este bom desempenho foi a intensificação das trocas comerciais a nível mundial, em especial na Ásia que, excluindo o Japão, continuou como a região de maior dinamismo, com o Produto a crescer a uma taxa superior a 8%.

Indicadores Económicos

	Taxas de variação (em %)					
	PIB		Inflação		Taxa de Desemprego	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
União Europeia (25)	1,7	2,8	2,2	2,3	8,8	8,0
Área Euro	1,4	2,6	2,2	2,2	8,6	8,0
Alemanha	0,9	2,4	1,9	1,8	9,5	8,9
França	1,2	2,2	1,9	2,0	9,7	9,3
Reino Unido	1,9	2,7	2,1	2,4	4,7	5,3
Espanha	3,5	3,8	3,4	3,6	9,2	8,1
Itália	0,0	1,7	2,2	2,3	7,7	7,1
EUA	3,2	3,3	3,4	3,3	5,1	4,6
Japão	2,7	2,8	-0,6	0,3	4,4	4,2
Rússia	6,4	6,8	10,9	9,0		
China	10,2	10,6	3,8	2,2		
Índia	8,5	8,0	4,1	5,0		
Brasil	2,3	3,1	5,7	3,0		

Fonte: Comissão Europeia - Previsões Económicas do Outono 2006; OCDE - Economic Outlook - Novembro 2006;

A China, a Índia e a Rússia mantiveram o elevado dinamismo registado no ano anterior. A expansão na China a um ritmo de 10,6% foi suportada pelas exportações e pelo investimento, tendo as autoridades chinesas lançado, em Abril, algumas medidas mais restritivas de política monetária e de investimento

nalguns sectores para atenuar o sobreaquecimento da economia. Na Rússia, o Produto cresceu 6,8% beneficiando do aumento dos preços de energia e aceleração da procura interna.

Nos EUA, após crescimentos expressivos em anos recentes, assistiu-se ao longo de 2006 a um abrandamento da actividade económica, reflectindo o significativo arrefecimento da actividade no mercado imobiliário, com uma quebra do investimento em habitação, mas uma reaceleração no 4º trimestre permitiu atingir um crescimento do PIB de 3,3%, sensivelmente idêntico do de 2005. O ciclo de subida das taxas de juro de referência foi interrompido em Junho de 2006, fixando-se a taxa dos Fed Funds nos 5,25%, o que representou uma subida de 100 p.b. em 2005 e de 425 p.b. desde meados de 2004.

Em 2006 os principais índices bolsistas prosseguiram, pelo terceiro ano consecutivo, a tendência de valorização, alcançando, nalguns casos, novos máximos. Os índices europeus registaram ganhos muito significativos, destacando-se o IBEX (34%), PSI-20 (30%), DAX (23%), CAC (19%) e Eurostoxx (22%). Também as bolsas americanas voltaram a superar máximos históricos, tendo o Dow Jones valorizado 16%, o S&P-500 subido 14% e o Nasdaq 10%. A bolsa nipónica apresentou ganhos mais modestos, com o Nikkei a valorizar-se cerca de 7%.

Conjuntura Europeia

No ano de 2006 confirmou-se a retoma económica nos países membros da União Europeia e da área do Euro. Os respectivos ritmos de expansão registados de 2,9% e 2,6%, contra as taxas de 1,7% e 1,4% em 2005, foram os mais elevados desde 2001 e foram impulsionados principalmente pelo forte crescimento da procura interna, nomeadamente do investimento empresarial e o consumo privado, e pelo dinamismo das exportações, sustentadas pelo crescimento robusto da procura externa.

Este desempenho positivo foi particularmente sentido no último trimestre de 2006, com o PIB a expandir 3,4% na UE e 3,3% na área do Euro, em comparação com o mesmo período de 2005, para o qual contribuíram o investimento empresarial, com aumentos de 5,6% na UE e 4,8% na área do Euro, explicado pela reestruturação de balanços das sociedades, reduzido nível das taxas de juros e a elevada procura mundial por produtos, e o consumo das famílias, com crescimentos naquelas duas áreas de 2,4% e 2,1%, respectivamente. Também nos últimos três meses de 2006, as exportações na UE aumentaram 8,6% e na área do Euro 9,8% relativamente ao período homólogo de 2005.

A economia alemã cresceu 2,4%, o que representou a taxa mais elevada desde 2000, suportada essencialmente pela procura interna, com destaque para o investimento. Adicionalmente, assistiu-se a uma recuperação do sector de construção, após um período de mais de uma década de declínio. Contudo, esta evolução terá sido em parte influenciada pelo anunciado agravamento da taxa do IVA de 16% para 19% a partir de 1 de Janeiro de 2007, antecipando a decisão da despesa e ou investimento por parte dos agentes económicos.

Indicadores Económicos da União Europeia e Área Euro

(em %)

	União Europeia		Área Euro	
	2005	2006	2005	2006
Taxas de variação (em %)				
Produto Interno Bruto (PIB)	1,7	2,9	1,4	2,6
Consumo privado	1,5	2,2	1,4	2,0
Consumo público	1,6	2,0	1,4	2,0
FBCF	3,0	4,9	2,5	4,3
Procura Interna	1,8	2,5	1,6	2,8
Exportações	5,2	9,7	4,3	7,9
Importações	5,7	9,3	5,3	7,5
Taxa de Inflação (IHPC)	2,2	2,3	2,2	2,2
Rácios				
Taxa de desemprego	8,8	8,0	8,6	8,0
Saldo do Sector Púb. Adm. (em % do PIB)	-2,3	-2,0	-2,4	-2,0

Fonte: Comissão Europeia, Previsões Económicas do Outono 2006.

A taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) na área do Euro situou-se em 2,2% em 2006, nível idêntico ao do ano anterior. Excluindo os produtos energéticos e os bens alimentares não transformados, a taxa também não se alterou face a 2005, situando-se em 1,5%.

Com vista a assegurar a estabilidade dos preços, o Banco Central Europeu (BCE) procedeu em 2006 a cinco aumentos de 25 p.b. na sua taxa de referência, fixando-a em 3,5% no final de Dezembro.

A taxa de desemprego manteve-se elevada, tendo contudo observado uma significativa melhoria para 8% face aos valores registados em 2005 de 8,8% no espaço da União Europeia e de 8,6% na área do Euro, beneficiando da evolução mais favorável da actividade económica e da situação nos mercados de trabalho.

As finanças públicas também apresentaram progressos, com um défice orçamental médio de 2% do PIB em 2006 na União Europeia e na área do Euro, abaixo dos respectivamente 2,3% e 2,4% registados em 2005, apoiados principalmente em receitas fiscais mais elevadas. Não obstante esta melhoria global, cinco Estados-Membros, incluindo dois membros da área Euro (Itália e Portugal), continuaram a apresentar em 2006 um défice orçamental superior a 3% do PIB.

Conjuntura Nacional

A economia portuguesa registou em 2006, um crescimento do Produto Interno Bruto, em termos reais de 1,2%, valor que exprime uma recuperação face ao ano anterior (0,4%), estimando-se para 2007

uma aceleração para cerca de 1,8%. Apesar deste crescimento, a recuperação é ainda moderada comparativamente com outras economias europeias, encontrando-se o seu desempenho nos últimos anos condicionado por factores externos, como a grande dependência energética do petróleo, num contexto de subida dos preços desta matéria-prima, e a crescente integração no comércio mundial de economias emergentes, que concorrem, com mais baixos custos de produção, em produtos característicos das exportações portuguesas. São ainda de salientar os condicionalismos próprios e estruturais da economia portuguesa, incluindo a necessidade de correcção do desequilíbrio das contas públicas no contexto do Programa de Estabilidade e Crescimento, e a contenção imposta às despesas de consumo e de investimento em habitação, pelo elevado nível de endividamento das famílias, conjugado com a subida das taxas de juro.

Indicadores da Economia Portuguesa

	(em %)		
	2004	2005	2006
PIB (Taxas de variação real)	1,3	0,4	1,2
Consumo Privado	2,3	1,7	1,2
Consumo Público	2,6	1,9	-0,2
FBCF	0,2	-2,6	-3,1
Procura Interna	2,1	0,6	0,1
Exportações	5,4	1,0	9,3
Importações	6,8	1,6	4,3
Taxa de Inflação	2,5	2,1	3,0
Rácios			
Taxa de Desemprego (1)	6,7	7,6	7,7
Balança Corrente e Balança de Capital (em % do PIB)	-5,9	-8,1	-7,6
Défice do SPA (em % do PIB)	-2,9	-6,0	-4,6
Dívida Pública (em % do PIB)	61,6	64,0	67,4

Fonte: Banco de Portugal- Boletim Económico –Inverno 2006

(1) Valores médios anuais.

A recuperação foi sustentada pelas exportações, cujo ritmo de aumento atingiu 9,3%, enquanto as importações progrediram cerca de 4,3%, em termos anuais, evolução favorecida pelo maior dinamismo das economias da área Euro, mas também por outras fora da União Europeia e parceiras comerciais de Portugal.

A procura interna registou uma estagnação (0,1%), em resultado da desaceleração do consumo privado, (de 1,7% para 1,2%) e das quedas do consumo público (-0,2%, contra 1,9% em 2005) e do investimento (-3,1%, após -2,6% em 2005). Não obstante o efeito negativo no crescimento, estas evoluções contribuíram favoravelmente para a redução dos desequilíbrios da economia.

A taxa de inflação registou, em média anual, um crescimento de 3,0%, nível superior ao registado no ano transacto (2,1%). Este aumento da inflação reflecte os efeitos de acelerações no preço de algumas importações e de alguns bens alimentares e industriais, sobretudo na primeira metade do ano, bem como o impacto desfasado do aumento da Taxa do IVA em meados de 2005 e o aumento do imposto sobre o Tabaco.

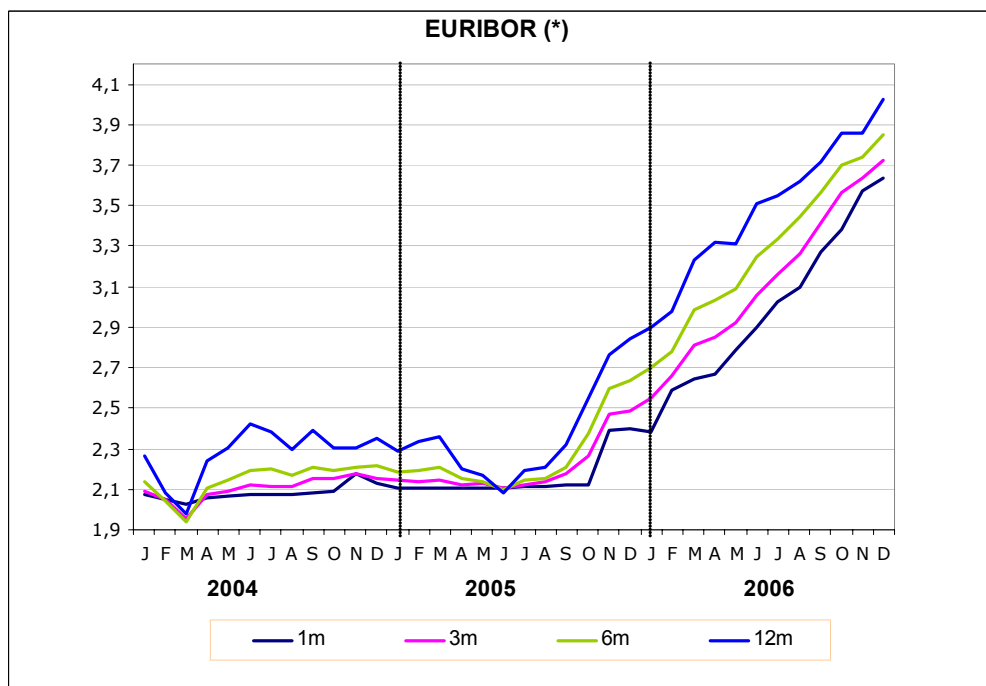
No mercado de trabalho, verificou-se um ligeiro aumento do emprego (0,7%) comportamento que acompanha, ainda que com moderação, a recuperação da economia. Deste modo, a taxa de desemprego, embora com valores elevados, manteve-se relativamente estável, situando-se em média anual em 7,7%, valor semelhante ao de 2005.

A evolução favorável da procura externa implicou uma diminuição das necessidades de financiamento da economia portuguesa, medidas pelo peso do saldo das balanças corrente e de capital no PIB, que passou de -8,1% para -7,6% em 2006, encontrando-se o seu valor fortemente influenciado pelos elevados preços do petróleo e pelo aumento das taxas de juro em 2006.

Neste quadro de recuperação económica e de ênfase das políticas governamentais na redução da despesa, foi possível alcançar o objectivo de diminuição do défice do sector público em relação ao PIB de 6,0% para 4,6%, garantindo-se o cumprimento das medidas estabelecidas no Programa de Estabilidade e Crescimento e a consolidação gradual das contas públicas.

Taxas de Juro

No decurso de 2006 e em linha com o movimento da subida das taxas de juro oficiais do BCE, iniciado em Dezembro de 2005, verificaram-se cinco alterações de 25 p.b. cada na taxa directora do Banco Central, tendo as taxas de juro do mercado monetário do Euro subido cerca de 120 p.b.. No final do ano, para os prazos de um, três, seis e doze meses as taxas Euribor situavam-se, em 3,63%, 3,72%, 3,85% e 4,03%, respectivamente. A política do BCE reflectiu a existência de riscos para a manutenção da estabilidade dos preços a médio prazo.



Fonte: Banco Portugal - Boletim Estatístico

(*) Valores relativos ao último dia do mês.

Taxas de Juro

(%)

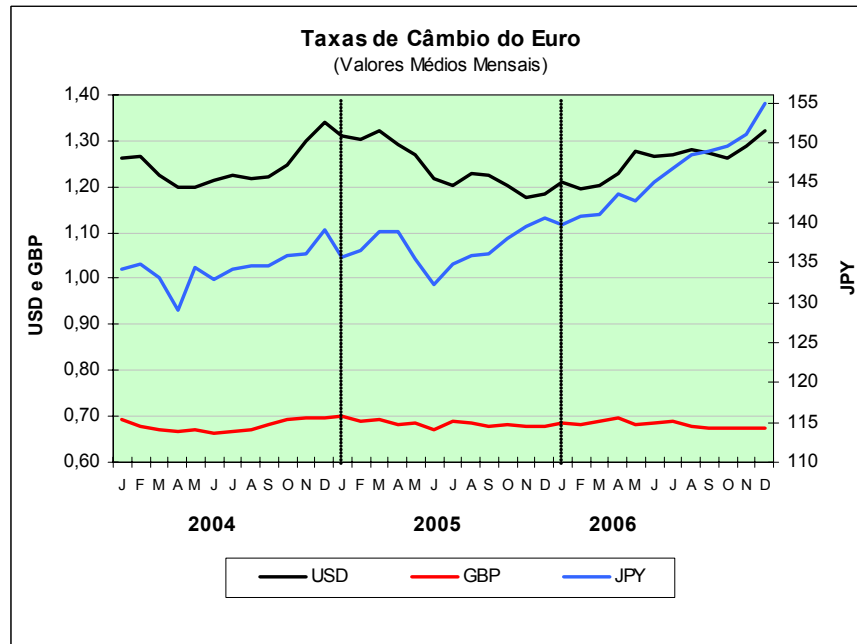
	2005	2006			
	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
Taxa dos FED Funds	4,25	4,75	5,25	5,25	5,25
Taxa Directora do BCE	2,25	2,50	2,75	3,00	3,50
Euribor (1)					
1 mês	2,40	2,65	2,90	3,27	3,63
3 meses	2,49	2,82	3,06	3,42	3,73
6 meses	2,64	2,99	3,25	3,57	3,85
12 meses	2,84	3,23	3,51	3,72	4,03
Taxa de Juro das Novas Oper. de Crédito (2)					
Sociedades Não Financeiras (2)	3,93	3,88	4,20	4,53	5,03
Particulares – Habitação	3,50	3,68	3,93	4,20	4,40
Taxa de Juro dos Dep. a Prazo e de Poupança (3)					
Sociedades Não Financeiras	2,46	2,55	2,79	3,06	3,66
Particulares	1,93	1,99	2,05	2,20	2,43

Fonte: BP - Boletim Estatístico, Fevereiro 2006.

- (1) Taxas relativas ao último dia do mês.
 (2) Operações acima de 1 milhão de euros.
 (3) Com prazo até 2 anos
 (4) Valores anuais, com referência a Novembro.

Evolução Cambial

No decurso de 2006, a taxa de câmbio do euro face ao dólar inverteu a tendência do ano anterior, aumentando o seu valor médio mensal de 1,19 dólares para 1,32 entre Dezembro de 2005 e 2006, o que correspondeu a uma valorização de 11,4%.



Fonte: Banco Portugal

A libra esterlina, por seu turno, manteve-se relativamente estável face ao euro, verificando em Dezembro uma variação média de +0,9% face ao mês homólogo do ano anterior. Igualmente e nos mesmos termos, o iene japonês, acompanhou a tendência do dólar desvalorizando 10,1%, face à moeda europeia.

2. MERCADO DE CAPITAIS

Mercado Obrigacionista

As taxas de juro a 10 anos do mercado americano (yields) revelaram no primeiro semestre do ano um desempenho substancialmente diferente do verificado nos seis meses seguintes. Um acentuado movimento de subida no primeiro semestre iria permitir às taxas americanas dos dez anos atingir os valores mais elevados dos últimos seis anos. Apesar dos receios gerados pelo claro arrefecimento do mercado habitacional, a forte aceleração dos números da inflação e dos custos laborais iriam acentuar expectativas de que as taxas directoras americanas teriam que subir até um nível mais elevado que o descontado até então. A forte descida do preço do petróleo a que se assistiu desde o início de Agosto contribuiu para que os relatórios de inflação revelassem um substancial abrandamento do crescimento dos preços. As taxas encetariam então a partir dessa altura um movimento de forte correcção, terminando o ano apenas 31bp acima do valor de Dezembro de 2005.

Na zona euro, as taxas de juro a 10 anos registaram um comportamento similar, mas a forte subida a que assistiríamos em Dezembro levou a que terminassem 2006 cerca de 64 bp acima do nível de final de 2005.

Quanto à inclinação de ambas as curvas, enquanto nos EUA esta permaneceu inalterada, na zona euro assistiu-se a um movimento de flattening. O decréscimo da inclinação passou de 45 b.p. no final de 2005 para apenas 5 b.p. no final de 2006.

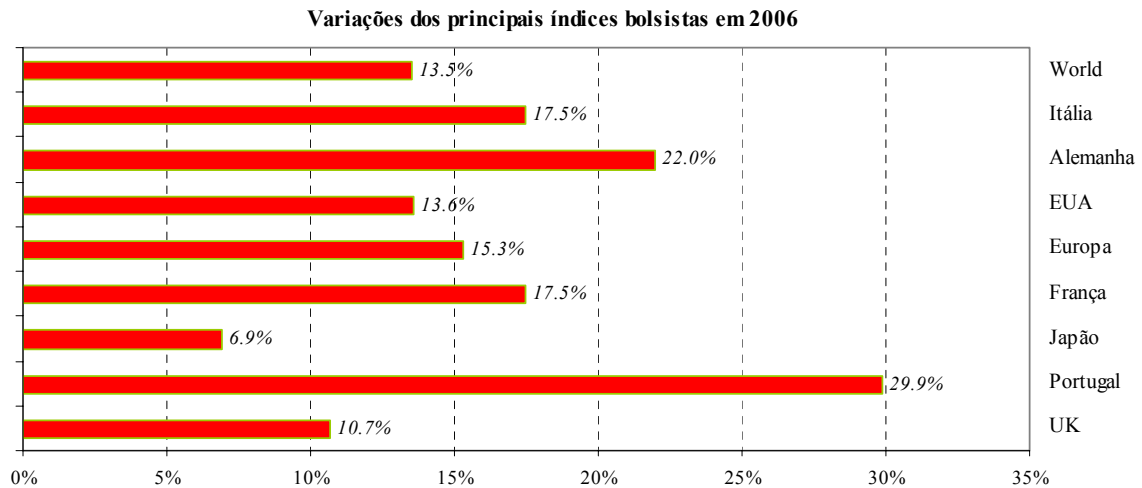
O diferencial entre as taxas dos dez anos nos EUA e na União Europeia apresentou, um decréscimo em 2006 de 109 b.p. para 76 b.p. O mercado obrigacionista global registou uma valorização em 2006 de 1.0%, tendo o mercado europeu apresentado uma descida de 0.3%.

Mercado Accionista

As principais praças bolsistas mundiais verificaram em 2006 novas subidas. No caso europeu, os índices registaram ganhos, pelo segundo ano consecutivo, em torno dos 20%, impulsionados pelas notícias relacionadas com fusões e aquisições, recuperação económica e maior controlo, especialmente no final do ano, dos preços energéticos. A divulgação dos lucros das empresas sempre acima do esperado constituiu, contudo, o principal factor de suporte do mercado accionista. A tendência de subida foi interrompida apenas em Maio e Junho depois do Banco Central do Japão ter decretado um acréscimo dos juros directores. Os índices accionistas tiveram nessa altura um comportamento particularmente negativo, com a volatilidade do mercado a registar então uma forte subida. No início do Verão, as perdas das semanas anteriores seriam rapidamente corrigidas, movimento impulsionado também pela noção de que a Reserva Federal americana não iria decretar subidas adicionais das respectivas taxas directoras. As principais praças accionistas encerrariam o ano nos níveis de início de 2000.

Durante o ano, assistimos na Europa à subida de todos os sectores, com destaque para Matérias Primas, uma vez mais, Serviços Financeiros e Construção & Materiais. Os ganhos foram de 75.9%, 48.67% e 37.6%, respectivamente.

Com uma valorização de 29.9%, o mercado accionista português conheceu uma performance superior aos principais mercados europeus, apenas ultrapassado pelo mercado espanhol. A nível nacional, o volume transaccionado ascendeu a 53,8 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 61% no ano, com o índice PSI-20 impulsionado por um conjunto de eventos de que se salientam as duas OPA's, uma envolvendo a PT e a Sonaecom, e, a outra, o BCP e o BPI, a que acresceu a privatização da GALP.

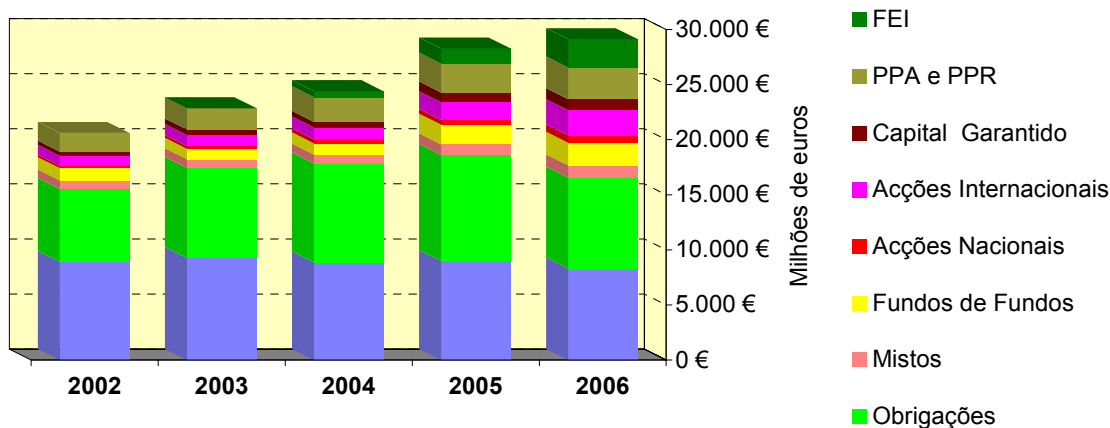


A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE FIM EM PORTUGAL

Em 2006, o mercado de fundos de investimento mobiliário (FIM) português voltou a registar uma taxa de crescimento positiva, pelo quarto ano consecutivo. O valor dos activos geridos pelo conjunto das sociedades gestoras portuguesas aumentou três por cento, para 29.138 Milhões de Euros.

Este crescimento centrou-se fundamentalmente nos Fundos Especiais de Investimento (FEI) e nos Fundos de Acções Internacionais que registaram aumentos de 1.203 Milhões de Euros e 698 Milhões de Euros, respectivamente.

MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS PORTUGUÊS



Fonte: Apfipp

O lançamento de novos fundos foi particularmente dinâmico em 2006, tendo sido constituídos 29 novos fundos, maioritariamente Fundos Especiais, e extintos apenas 7 Fundos, elevando assim para 263, o número de fundos mobiliários portugueses.

No final do ano, as cinco maiores sociedades gestoras de fundos mobiliários, ligadas aos grupos financeiros, geriam 87% do volume de Fundos portugueses. A Caixagest, em particular, tornou-se líder de mercado com uma quota de 21,9%, contra 19,3% no final de 2005.

Entretanto, o número de fundos estrangeiros registados em Portugal aumentou de 43 para 57, e o respectivo volume aumentou 46% para 997 Milhões de euros, sendo os bancos electrónicos as principais entidades comercializadoras destes fundos.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Caracterização do Fundo

O Fundo CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS iniciou a sua actividade como Fundo Especial de Investimento Aberto em 24 de Outubro de 2005. Sendo comercializado na CGD, este Fundo destina-se a investidores que pretendem fazer aplicações a longo prazo superiores a 15.000 €, com capitalização dos rendimentos gerados.

O património do Fundo será composto por unidades de participação de fundos, e por outros valores mobiliários equiparáveis cotados e não cotados, que investem em projectos ou activos associados ao segmento das Energias Renováveis, Qualidade do Ambiente e Activos “carbon”

Estratégia de Investimento

O ano de 2006 foi marcado por uma fase de maturação e desenvolvimento da carteira de investimentos pelos diversos sectores. O sector de energias eólicas pesava cerca de 22% num portfólio cujos investimentos eram, predominantemente, realizados em países da União Europeia, com especial ênfase em Portugal.

Na área das energias renováveis e qualidade do ambiente, a carteira estava exposta ao mercado accionista norte-americano e europeu. De forma a beneficiar das restrições impostas pelo protocolo de Quioto, existe ainda exposição ao mercado de licenças de carbono.

Ao longo do ano, o fundo beneficiou da visibilidade cada vez mais forte do sector de Energias Renováveis não só pela forte subida do preço do petróleo, mas também como resultado das políticas dos países mundiais em incentivar uma maior eficiência no consumo energético.

Avaliação do desempenho

No final do ano de 2006, o valor da carteira do Fundo CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS ascendia a 34.773.208€, distribuídos por 6.543.096 unidades de participação. Em 2006, o Fundo registou uma rentabilidade líquida anual de 4,28% e uma volatilidade de 6,82%.

Rendibilidade e Risco Históricos

Anos	Rendibilidade	Classe de Risco
2006	4,28%	3

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 6 (risco máximo)

Fonte:
Apfipp

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2006			2005		CAPITAL DO FUNDO E PASSIVO	Notas	2006	2005
		Activo bruto	Mais-valias	Menos-valias	Activo líquido	Activo líquido				
CARTEIRA DE TÍTULOS										
Unidades de participação	3	33.192.770	1.280.839	(12.867)	34.460.742	1.089.599	CAPITAL DO FUNDO			
							Unidades de participação	1	32.715.480	6.917.380
DISPONIBILIDADES							Variações patrimoniais	1	595.267	437
Depósitos à ordem	3	5.761.048	-	-	5.761.048	5.836.888	Resultados transitados	1	16.862	-
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS							Resultado líquido do exercício	1	1.445.598	16.862
Outros acréscimos e diferimentos	5	122.351	-	-	122.351	8.392			<u>34.773.207</u>	<u>6.934.679</u>
Total do Activo		<u>39.076.169</u>	<u>1.280.839</u>	<u>(12.867)</u>	<u>40.344.141</u>	<u>6.934.879</u>	TERCEIROS			
							Comissões a pagar	5	27.245	200
							Outras contas de credores	17	5.543.689	-
									<u>5.570.934</u>	<u>200</u>
							Total do Capital do Fundo e do Passivo		<u>40.344.141</u>	<u>6.934.879</u>
Número total de unidades de participação em circulação	1				6.543.096	1.383.476	Valor unitário da unidade de participação	1	5,3145	5,0125

O anexo faz parte integrante destes balanços.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE

24 DE OUTUBRO DE 2005 (DATA DE INÍCIO DE ACTIVIDADE DO FUNDO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2005

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS	Notas	2006	2005	PROVEITOS	Nota	2006	2005
CUSTOS E PERDAS CORRENTES				PROVEITOS E GANHOS CORRENTES			
Comissões:				Juros e proveitos equiparados:			
Da carteira de títulos	5	13.209	-	Outros, de operações correntes	5	43.755	23.188
Outras, de operações correntes	5 e 15	147.278	600	Rendimento de títulos	5	262.137	-
Perdas em operações financeiras:				Ganhos em operações financeiras:			
Na carteira de títulos	5	1.634.061	14.140	Na carteira de títulos	5	3.080.500	13.052
Em operações extrapatrimoniais	5	43.808	-			<u>3.386.392</u>	<u>36.240</u>
Impostos sobre o rendimento	9	99.380	4.638				
Outros custos e perdas correntes	15	2.962	-	PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS			
		<u>1.940.698</u>	<u>19.378</u>	Ganhos imputáveis a exercícios anteriores		182	-
CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS							
Perdas extraordinárias		<u>278</u>	-				
Resultado líquido do exercício		1.445.598	16.862				
		<u>3.386.574</u>	<u>36.240</u>			<u>3.386.574</u>	<u>36.240</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO
"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

E PARA O PERÍODO COMPREENDIDO

ENTRE 24 DE OUTUBRO DE 2005 (DATA DE INÍCIO DE ACTIVIDADE DO FUNDO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2005

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO FUNDO</u>		
Recebimentos:		
Subscrições de unidades de participação	36.828.693	6.917.817
Pagamentos:		
Resgates de unidades de participação	<u>(10.435.763)</u>	-
Fluxo das operações sobre as unidades do Fundo	<u>26.392.930</u>	<u>6.917.817</u>
<u>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS</u>		
Recebimentos:		
Resgates de unidades de participação	12.633.200	-
Rendimento de títulos	98.706	-
Pagamentos:		
Compras de unidades de participação	(39.057.934)	(1.090.687)
Taxas de corretagem	(13.012)	-
Outras taxas e comissões	<u>(91)</u>	-
Fluxo das operações da carteira de títulos	<u>(26.339.131)</u>	<u>(1.090.687)</u>
<u>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</u>		
Recebimentos:		
Operações cambiais	4.148.585	-
Pagamentos:		
Operações cambiais	<u>(4.192.617)</u>	-
Fluxo das operações a prazo e de divisas	<u>(44.032)</u>	-
<u>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</u>		
Recebimentos:		
Juros de depósitos bancários	35.948	10.158
Pagamentos:		
Comissão de gestão	(67.953)	-
Comissão de depósito	(45.301)	-
Impostos e taxas	(6.979)	(400)
Outros	<u>(1.041)</u>	-
Fluxo das operações de gestão corrente	<u>(85.326)</u>	<u>9.758</u>
<u>OPERAÇÕES EVENTUAIS</u>		
Pagamentos:		
Outros	<u>(281)</u>	-
Fluxo das operações eventuais	<u>(281)</u>	-
Saldo dos fluxos monetários do período	(75.840)	5.836.888
Depósitos à ordem no início do período	5.836.888	-
Depósitos à ordem no fim do período	<u>5.761.048</u>	<u>5.836.888</u>

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO “CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS”

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em Euros)

INTRODUÇÃO

O Fundo Especial de Investimento “CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS” (adiante igualmente designado por “Fundo”), foi autorizado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 22 de Setembro de 2005, tendo iniciado a sua actividade em 24 de Outubro de 2005. Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem por objecto o investimento em unidades de participação de fundos e de outros valores mobiliários equiparáveis cotados e não cotados, que investem em projectos ou activos associados ao segmento das energias renováveis, qualidade do ambiente e activos *carbon*.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.. As funções de banco depositário são exercidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 252/03, de 17 de Outubro.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo. As notas cuja numeração se encontra ausente não são exigidas para efeitos do anexo às contas anuais, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcional ao número de unidades que representam.

O movimento ocorrido no capital do Fundo, entre 24 de Outubro de 2005 (data de início de actividade do Fundo) e 31 de Dezembro de 2006, apresenta o seguinte detalhe:

	Valor base	Diferença para o valor base	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total	Número total de unidades de participação em circulação	Valor unitário da unidade de participação
Saldos em 24 de Outubro de 2005	-	-	-	-	-	-	-
Subscrições	6.917.380	437	-	-	6.917.817	1.383.476	5,0003
Resultado líquido do período	-	-	-	16.862	16.862	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	<u>6.917.380</u>	<u>437</u>	<u>-</u>	<u>16.862</u>	<u>6.934.679</u>	<u>1.383.476</u>	<u>5,0125</u>
Subscrições	36.159.690	669.003	-	-	36.828.693	7.231.938	5,0925
Resgates	(10.361.590)	(74.173)	-	-	(10.435.763)	(2.072.318)	5,0358
Transferências	-	-	16.862	(16.862)	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	1.445.598	1.445.598	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	<u>32.715.480</u>	<u>595.267</u>	<u>16.862</u>	<u>1.445.598</u>	<u>34.773.207</u>	<u>6.543.096</u>	<u>5,3145</u>

O valor líquido global do Fundo, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação no último dia de cada trimestre entre o período compreendido entre 24 de Outubro de 2005 (data de início de actividade do Fundo) e 31 de Dezembro de 2006, foi o seguinte:

Ano	Meses	Valor líquido global do Fundo	Valor da unidade de participação	Número de unidades de participação em circulação
2006	Março	12.811.332	5,1975	2.464.913
	Junho	25.250.090	4,9350	5.116.523
	Setembro	25.713.249	4,9619	5.182.150
	Dezembro	34.773.207	5,3145	6.543.096
2005	Dezembro	6.934.679	5,0125	1.383.476

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o número de participantes em função do Valor líquido global do Fundo, apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Entre 10% e 25%	1	1
Entre 0,5% e 2%	5	4
Até 0,5%	1.350	66
	-----	----
Total de participantes	1.356	71
	=====	==

2. VOLUME DE TRANSACÇÕES

O volume de transacções durante o período compreendido entre 24 de Outubro de 2005 (data de início de actividade do Fundo) e 31 de Dezembro de 2006, foi o seguinte:

	<u>2006</u>					
	<u>Compras</u>		<u>Vendas</u>		<u>Total</u>	
	<u>Bolsa</u>	<u>Fora Bolsa</u>	<u>Bolsa</u>	<u>Fora Bolsa</u>	<u>Bolsa</u>	<u>Fora Bolsa</u>
Unidades de participação	<u>4.132.281</u>	<u>40.425.622</u>	<u>-</u>	<u>12.633.200</u>	<u>4.132.281</u>	<u>53.058.822</u>

	<u>2005</u>					
	<u>Compras</u>		<u>Vendas</u>		<u>Total</u>	
	<u>Bolsa</u>	<u>Fora Bolsa</u>	<u>Bolsa</u>	<u>Fora Bolsa</u>	<u>Bolsa</u>	<u>Fora Bolsa</u>
Unidades de participação	<u>-</u>	<u>1.090.687</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.090.687</u>

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, os pedidos de subscrição e resgate recebidos durante o período de subscrição/resgate mensal são processados ao valor da unidade de participação conhecido e divulgado no dia 22 (ou no dia útil seguinte) do mês subsequente ao do pedido. Os pedidos de subscrição e resgate recebidos após o período de subscrição/resgate mensal são processados ao valor da unidade de participação conhecido e divulgado no dia 22 (ou no dia útil seguinte) do 2º mês subsequente ao do pedido. O pedido de subscrição/resgate é, portanto, efectuado a preço desconhecido, podendo o subscritor ter de aguardar um a dois meses, consoante os casos, para conhecer o valor da unidade de participação pelo qual será efectuada a subscrição/resgate.

O período de subscrição e de resgate mensal decorre até às 16 horas e 30 minutos de Lisboa, do dia 22 de cada mês.

Não são cobradas comissões de subscrição.

No resgate de unidades de participação é cobrada ao participante uma comissão variável em função do prazo de detenção das unidades de participação, de acordo com as seguintes regras:

- i) 1,5% até 365 dias; e
- ii) 0% para prazos iguais ou superiores a 365 dias.

Quando o participante for um fundo de fundos administrado pela CaixaGEST - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. não há lugar ao pagamento desta comissão.

No apuramento da comissão de resgate, é utilizado o método contabilístico FIFO, ou seja, as unidades de participação subscritas em primeiro lugar são as primeiras a ser consideradas para efeitos de resgate. Esta comissão não constitui proveito do Fundo.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO "CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em Euros)

Durante o exercício de 2006, o valor dos resgates e o valor das comissões cobradas aos participantes foi o seguinte:

	<u>Valor</u>	<u>Comissões cobradas</u>
Resgates	<u>10.435.763</u>	<u>6.602</u>

Durante o período compreendido entre 24 de Outubro de 2005 (data de início de actividade do Fundo) e 31 de Dezembro de 2005, não ocorreram resgates de unidades de participação do Fundo.

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a carteira de títulos tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>			
	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Mais- -valias</u>	<u>Menos- -valias</u>	<u>Valor da carteira</u>
Valores Mobiliários Cotados:				
Unidades de participação de Fundos de Investimento Mobiliário domiciliados em Portugal				
- CXGEST MOEDA	604.239	8.476	-	612.715
Unidades de participação de Fundos de Investimento Imobiliário domiciliados num Estado Membro UE				
- MLIIF-NEW ENERGY A2	11.520.059	222.706	-	11.742.765
- PF - WATER I	8.936.191	553.910	-	9.490.101
- BABCOCK & BROWN WIND	4.132.281	372.639	-	4.504.920
- EUROPEAN CARBON FUND	1.000.000	-	(12.867)	987.133
	<u>25.588.531</u>	<u>1.149.255</u>	<u>(12.867)</u>	<u>26.724.919</u>
Outros valores:				
Valores Mobiliários Nacionais Não Cotados				
- FIQ-ENE.RENOV.CX CAP	4.500.000	123.108	-	4.623.108
- LUSO CARBON FUND	2.500.000	-	-	2.500.000
	<u>7.000.000</u>	<u>123.108</u>	<u>-</u>	<u>7.123.108</u>
	<u>33.192.770</u>	<u>1.280.839</u>	<u>(12.867)</u>	<u>34.460.742</u>
	<u>2005</u>			
	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Mais- -valias</u>	<u>Menos- -valias</u>	<u>Valor da carteira</u>
Unidades de participação de Fundos de Investimento Imobiliário domiciliados num Estado Membro UE				
- MLIIF-NEW ENERGY A2	715.687	-	(1.088)	714.599
- EUROPEAN CARBON FUND	375.000	-	-	375.000
	<u>1.090.687</u>	<u>-</u>	<u>(1.088)</u>	<u>1.089.599</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em Euros)

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o período compreendido entre 24 de Outubro de 2005 (data de início de actividade do Fundo) e 31 de Dezembro de 2006, foi o seguinte:

	<u>Depósitos à ordem</u>
Saldo em 24 de Outubro de 2005	-
. Aumentos	5.836.888
. Reduções	-

Saldo em 31 de Dezembro de 2005	5.836.888
. Aumentos	-
. Reduções	(75.840)

Saldo em 31 de Dezembro de 2006	5.761.048
	=====

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os depósitos à ordem (todos denominados em Euros) encontram-se domiciliados na CGD, vencendo juros à taxa anual bruta de 3,42% e 2,22%, respectivamente.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Reconhecimento de juros de aplicações

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos. Os juros são registados pelo montante bruto, sendo o respectivo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) reconhecido na demonstração dos resultados do exercício na rubrica "Impostos sobre o rendimento" (Nota 9).

b) Carteira de títulos

As unidades de participação em carteira são registadas ao custo de aquisição e valorizadas com base no último valor conhecido e divulgado pela respectiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço de mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adoptado tem em conta o preço mais representativo, em função designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transacções.

Considerando que uma parte dos fundos em que o Fundo investe divulgam, no mínimo trimestralmente, o valor das respectivas unidades de participação, tal poderá implicar um desfasamento, em relação ao último valor disponibilizado, de 90 dias.

As mais ou menos-valias líquidas apuradas de acordo com as políticas contabilísticas definidas anteriormente, são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício nas rubricas de "Ganhos/Perdas em operações financeiras na carteira de títulos", por contrapartida das rubricas "Mais-valias" e "Menos-valias" do activo.

Os rendimentos distribuídos pelos fundos nos quais o Fundo detém unidades de participação são registados como proveitos na rubrica "Rendimento de títulos" no exercício em que são recebidos ou quando a sociedade gestora procede à sua divulgação.

c) Valorização das unidades de participação

O valor de cada unidade de participação é calculado mensalmente ao dia 21 (ou no dia útil anterior, no caso de não ser um dia útil) e no final de cada mês dividindo o valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido do património corresponde ao somatório das rubricas do capital do Fundo.

A rubrica "Variações patrimoniais" resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respectivamente.

d) Comissão de gestão e de depositário

A comissão de gestão e a comissão de depositário constituem um encargo do Fundo, a título de remuneração de serviços a si prestados.

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, estas comissões são calculadas mensalmente, por aplicação de uma taxa fixa anual de 0,9% para a comissão de gestão e de 0,6% para a comissão de depositário, sobre o valor diário do património líquido do Fundo, excluído do valor investido em unidades de participação de fundos geridos pela sociedade gestora ou por outras entidades em relação de domínio ou de grupo.

A comissão de gestão e a comissão de depositário são liquidadas mensalmente, através da aplicação das percentagens acima definidas, sendo registadas na rubrica "Comissões - Outras, de operações correntes".

Durante os primeiros seis meses de actividade do Fundo, não foram cobradas comissões de gestão e de depositário.

e) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários constitui um encargo do Fundo. Esta remuneração é calculada por aplicação de uma taxa sobre o valor global do Fundo no final de cada mês. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta taxa ascendia a 0,03%. Sempre que o resultado obtido seja inferior a 200 Euros ou superior a 20.000 Euros, a taxa mensal devida, corresponderá a um desses limites.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

PROVEITOS

		2006						
		Ganhos de Capital			Juros			Rendimento de títulos
		Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Total	Vencidos	Decorridos	Total	Total
Operações à vista:								
Unidades de participação		2.875.750	204.750	3.080.500	-	-	-	262.137
Depósitos		-	-	-	35.989	7.766	43.755	-
		<u>2.875.750</u>	<u>204.750</u>	<u>3.080.500</u>	<u>35.989</u>	<u>7.766</u>	<u>43.755</u>	<u>262.137</u>
								<u>3.386.392</u>

		2005						
		Ganhos de Capital			Juros			Total
		Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Total	Vencidos	Decorridos	Total	Total
Operações à vista:								
Unidades de participação		13.052	-	13.052	-	-	-	13.052
Depósitos		-	-	-	14.796	8.392	23.188	23.188
		<u>13.052</u>	<u>-</u>	<u>13.052</u>	<u>14.796</u>	<u>8.392</u>	<u>23.188</u>	<u>36.240</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica "Rendimento de títulos" corresponde aos rendimentos distribuídos pelos seguintes fundos de investimento imobiliário:

BABCOCK & BROWN WIND	242.900
MLIIF-NEW ENERGY A2	19.237

	262.137
	=====

Em 31 de Dezembro de 2006, o saldo da rubrica "Outros acréscimos e diferimentos" inclui os rendimentos divulgados e ainda não distribuídos pela sociedade gestora do fundo de investimento imobiliário "Babcok & Brown Wind" no montante de 114.585 Euros.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO "CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS

2006						
Perdas de Capital			Comissões			
Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Total	Vencidas	Decorridas	Total	Total
Operações à vista:						
Unidades de participação	1.606.691	27.370	1.634.061	-	-	1.634.061
Operações cambiais	-	43.808	43.808	-	-	43.808
Comissão:						
De gestão	-	-	67.953	15.824	83.777	83.777
De depósito	-	-	45.301	10.550	55.851	55.851
Taxa de supervisão	-	-	6.779	871	7.650	7.650
Carteira de títulos	-	-	13.209	-	13.209	13.209
1.606.691	71.178	1.677.869	133.242	27.245	160.487	1.838.356

2005						
Perdas de Capital			Comissões			
Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Total	Vencidas	Decorridas	Total	Total
Operações à vista:						
Unidades de participação	14.140	-	14.140	-	-	14.140
Comissão - taxa de supervisão						
	-	-	400	200	600	600
14.140	-	14.140	400	200	600	14.740

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em conformidade com o Artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os rendimentos obtidos pelos fundos especiais de investimento constituídos sobre a forma de fundos de fundos respeitantes a unidades de participação estão isentos de IRC, com excepção dos rendimentos de unidades de participação de fundos não constituídos de acordo com a legislação nacional e os juros dos depósitos à ordem, os quais são tributados às taxas de 20%.

O Fundo apenas regista imposto sobre os ganhos efectivos obtidos em unidades de participação de fundos de investimento estrangeiros no momento do seu resgate, não registando qualquer imposto sobre ganhos potenciais líquidos.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Imposto sobre o rendimento:		
· Impostos pagos em Portugal:		
- Rendimento de unidades de participação	41.795	-
- Juros de depósitos à ordem	8.751	4.638
· Impostos pagos no estrangeiro:		
- Rendimento de unidades de participação	48.834	-
	-----	-----
	99.380	4.638
	=====	=====

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 31 de Dezembro de 2006, o Fundo detinha os seguintes activos expressos em moeda estrangeira:

Moeda

AUD	7.822.457
Contravalor em Euros	4.686.632
	=====

Em 31 de Dezembro de 2005, o Fundo não detinha activos ou passivos expressos em moeda estrangeira.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao Fundo durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 e durante o período compreendido entre 24 de Outubro de 2005 (data de início de actividade do Fundo) e 31 de Dezembro de 2006, apresentam o seguinte detalhe:

2006		
Custos	Valor	% Valor médio líquido global do Fundo
Comissão de gestão:		
Componente fixa	83.777	0,4156%
Componente variável	-	-
Comissão de depósito	55.851	0,2771%
Taxa de supervisão	7.650	0,0380%
	<u>147.278</u>	
Outros custos	2.962	0,0147%
Comissões e taxas indirectas	360.842	1,7901%
Total de custos imputados ao Fundo	<u>511.082</u>	
Valor médio líquido global do Fundo	20.157.605	
Taxa global de custos (TGC)	2,5354%	
2005		
Custos	Valor	% Valor médio líquido global do Fundo
Comissão de gestão:		
Componente fixa	-	-
Componente variável	-	-
Comissão de depósito	-	-
Taxa de supervisão	600	0,0090%
	<u>600</u>	
Outros custos	-	-
Comissões e taxas indirectas	664	0,0100%
Total de custos imputados ao Fundo	<u>1.264</u>	
Valor médio líquido global do Fundo	6.639.357	
Taxa global de custos (TGC)	0,0190%	

17. OUTRAS CONTAS DE CREDITORES

Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

Operações de bolsa a regularizar	5.499.969
Impostos a regularizar	41.795
Outros	1.925

Total	5.543.689
	=====

As "Operações de bolsa a regularizar" correspondem ao montante a pagar resultante da compra de unidades de participação, cuja liquidação financeira ainda não tinha ocorrido à data do balanço.

A rubrica de "Impostos a regularizar" inclui o imposto a pagar relativo a rendimentos obtidos fora do território português no decurso do exercício, o qual será liquidado até ao final do mês de Abril do ano seguinte, em conformidade com o Artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Fundo Especial de Investimento "CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS" em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os organismos de investimento colectivo e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 23 de Março de 2007



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães